



CIEA7 #27:

IMPACTO DA FORMAÇÃO E COOPERAÇÃO AO NÍVEL DO ENSINO SUPERIOR
NAS DINÂMICAS AFRICANAS CONTEMPORÂNEAS.

Maria de Fátima[©]

omaillema@yahoo.com.br

Impactos da formação superior e cooperação na região sul de Angola (Universidade Mandume Ya Ndemufayo)

Através da publicação do decreto n.º 07/2009 foi estabelecida a reorganização da rede de instituições de ensino superior públicas, com a criação de novas instituições de ensino superior e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto - UAN. Esta reorganização enquadra-se na perspectiva das dinâmicas africanas contemporâneas pois que, novas dinâmicas contribuem para transformar o ensino superior procurando parcerias e acções concertadas. Essas parcerias que incluem a cooperação internacional, regional e nacional possibilitam fornecer uma trajetória de luta contra o subdesenvolvimento e a pobreza¹, ao mesmo tempo que estimulam a boa governação. O estudo pretende explorar os impactos da formação superior e da cooperação na região sul de Angola através da recém criada “Universidade Mandume Ya Ndemufayo”, no que se refere à existência e à qualidade (docentes, investigação e instalações físicas). Serão ainda reflectidas as perspectivas da universidade no âmbito de promoção da cooperação e do desenvolvimento.

Ensino Superior, cooperação, desenvolvimento.

[©] Professor Adjunto – UERJ; Professor Assistente Doutor – UNIGRANRIO.

¹ O tema da pobreza é recorrente na maioria dos relatórios dos organismos internacionais do Banco Mundial, FMI, Nações Unidas, PNUD, OIT, União Europeia, entre outras.

INTRODUÇÃO

Angola é um dos países subsarianos que mais tem crescido nos últimos anos. Salama (2002) considera que a taxa de crescimento é um “dado” que é produto de diferentes determinações segundo os países e os contextos. Para o autor “a cada modo de crescimento... corresponde a sua fragilidade” (2002, 3). A par deste crescimento, no caso de Angola, enquadram-se a Universidade e o Ensino superior.

O incremento do ensino superior nos países em desenvolvimento constitui uma prioridade, sem a qual não se pode impedir o agravamento das disparidades e no aumento da pobreza. Deste modo o ensino superior tem vindo a confrontar-se com novas realidades como a expansão e a diferenciação. A procura de um ensino superior motivada pela demanda escolar e pela sua eficácia levou à necessidade da expansão da Universidade. Por outro lado, devido a grande pressão a universidade hoje enfrenta vários dilemas ao tentar implementar as recomendações da UNESCO que consideram que o ensino superior deve ser democrático, para todos e baseado no mérito, incentivando todo o jovem a que aspire a um nível de formação superior.

O ensino superior é uma força motriz para o desenvolvimento cultural, social e económico das nações e das pessoas como factor endógeno de aumento das capacidades e promotor dos direitos humanos, de solidariedade intelectual internacional de desenvolvimento, de democracia, de paz e de justiça. Benjamim Barber considera que “a democracia se desenvolve lentamente, e requer esforços das populações locais, aprimoramento de instituições cívicas nacionais e um espírito de cidadania cuidadosamente cultivado que depende enormemente do sector educacional” (2005, 172).

Nesta base o nascimento das novas universidades públicas, exige a criação e construção de estabelecimentos do ensino superior diversos, para que o ensino conduza a melhores resultados, com base num ensino superior público que se concentre e se relacione com o desenvolvimento económico e social. Neste contexto a universidade pública na região sul enquadra-se nos seguintes objectivos: criar uma cadeia de indivíduos bem formados e qualificados, que possam abordar tópicos com valor científico a longo prazo para a sociedade, fornecendo assim um espaço de discussão livre e aberta de ideias e valores, virados para o desenvolvimento da região em particular, e do país em geral. Todas estas capacidades dependem da implementação das recomendações mais gerais preconizadas pelas organizações internacionais como a UNESCO.

Nesta óptica, a questão do acesso à universidade, tem a sua importância, não se podendo colocar barreiras, pois que se trata de um direito fundamental do cidadão,

sendo a sua função a da formação de recursos humanos para responder às necessidades económicas, sociais, políticas e culturais do país e não só.

É consensual na óptica de Sampaio (2007) que o processo de desenvolvimento não se resume ao crescimento económico apesar da sua importância fundamental. Porém, as ameaças e os desafios não podem ser resolvidos isoladamente, através de estratégias e medidas meramente nacionais. Pelo facto, só uma adequada regulamentação à escala mundial se poderão defender de forma sustentável os bens públicos globais entre os quais a educação. Neste contexto, a educação surge como um bem público de primeira necessidade na era da globalização. Sampaio adiante que “O que no nosso tempo distingue as sociedades e civilizações e lhes dá afinal perspectivas de futuro, ou as condena é precisamente o seu grau de educação e o lugar que nelas ocupam a ciência, a cultura e a comunicação”. O autor menciona que quando se trata de educação refere-se a todas as suas dimensões, como a educação para a cidadania, para a saúde, à educação para a defesa do planeta, à educação para a paz, tolerância e amizade entre nações, a educação para os média e, claro, à educação para os direitos humanos (Sampaio, 2007:74-75).

Kajibanga (2000, 146) considera que a promoção da educação para uma cultura de paz é actualmente tida pela UNESCO, como uma das tarefas universais e prioritárias de todos os universitários do mundo. Do mesmo modo, o autor refere que a democracia criativa e as liberdades académicas, passam incontornavelmente pela promoção de uma educação para a cultura da paz (2000, 147).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Na procura de um maior conhecimento sobre a problemática da implementação da Universidade Mandume, a pesquisa foi realizada partindo do universo diversificado de situações que se referenciaram como determinantes e facilitadores na compreensão e condução do estudo. O objectivo ligado a compreensão das potenciais capacidades e trajectórias da Universidade na formação de quadros e na investigação científica foi formulado e percebido pela abordagem desenvolvida através da entrevista com os funcionários e responsáveis da Reitoria bem como a bibliografia referencial encontrada na internet.

Os indivíduos referidos nem sempre se reportaram exclusivamente a problemática em causa, mas puderam identificar aspectos que ao nosso olhar teriam escapado, constituindo por isso um outro universo de abordagem e vertente diferente e complementar. Neste contexto indivíduos envolvidos na criação da universidade foram um recurso de mais-valia para o entendimento do estudo, pois que efectivaram

a agregação de diversos factores num contexto específico como este. Uma questão importante tida em conta neste estudo foi a de saber como se enquadrava o apoio dos governantes da província e do empresariado local.

O CONTEXTO

A Universidade Mandume Ya Ndemofayo compreende a VI região académica abrangendo uma área geográfica repartida entre quatro províncias que constituem o sul de Angola. Assim estão inseridas as províncias da Huíla, do Namibe, do Kunene e do Kuando-Kubango. À cada uma destas províncias coube uma ou algumas instituições do Ensino Superior vocacionadas a administrar cursos de bacharelato e de licenciatura. A província da Huíla tem no seu município sede (Lubango) a Reitoria e as faculdades de Medicina, de Economia e de Direito. A Reitoria funciona na antiga Escola do Partido, pagando uma renda de valor exorbitante. Estas faculdades funcionam no mesmo edifício, o antigo liceu Diogo Cão que depois da independência passou a ser uma escola do II nível “Mandume”. Em 2009 ela passa a pertencer à Universidade, depois de reabilitada para o efeito. Porém, o espaço é exíguo o que preconiza um rol de dificuldades já a partir do próximo ano académico.

Isto significa que as instalações físicas da Universidade Mandume constituem um “problema” que no momento está semi-resolvido. A região ainda enfrenta dificuldades para abertura de novas faculdades e institutos superiores, a carência é gritante também ao nível de habitação para docentes e alojamentos para estudantes e professores convidados bem como áreas destinadas a investigação científica. A rede académica pelas outras províncias está assim distribuída:

A província do Kunene contempla a Escola Superior pedagógica de Ongiva onde são leccionados os cursos de Ciências da Educação, Saúde, Biologia e Agronomia. No Kunene a Escola funciona numas estruturas cedidas pelo governo da Província, entretanto, o espaço é diminuto e não satisfaz as exigências para uma escola com tal cariz.

A província do Namibe conta com o Instituto Superior Politécnico e uma escola Superior Pedagógica. O Instituto Superior Politécnico funciona no espaço onde era a Escola Gabriel Kuanhama depois de reabilitada para o efeito. Neste momento e comparando com as outras, é a escola que oferece melhores condições em termos de infra – estruturas.

A Província do Kuando-Kubango contempla uma Escola Superior politécnica com os cursos de Matemática e Enfermagem. Ambas as escolas e Institutos superiores terminam com um Bacharelato. No Menongue (capital do Kuando Kubango), a Escola funciona em dependências que pertenciam à educação e à saúde

embora se pense que seja uma fase provisória, pois os espaços não satisfazem as exigências do ensino superior, com todos os apetrechos que são necessários.

Importa dizer que em todas as províncias foram identificados espaços para a construção dos campus universitários com todo o aparato que é devido. Em alguns casos até já houve concursos públicos para elaboração dos projectos devidamente pormenorizados, bem como a identificação de potenciais financiadores.

À medida que as sociedades se vão confrontando com rápidas transformações e se tornam integradas e exigem mais conhecimento é cada vez mais importante que os cidadãos sejam capazes de resolver os problemas de mudar, de se adaptar e de reflectir de forma crítica. Cada vez com mais frequência o que impulsiona o desenvolvimento de um país é o nível de instrução e de competência de sua população. É o motivo pelo qual a educação ao longo da vida para todos deve-se tornar no princípio que rege a orientação e a organização das reformas educacionais.

As instituições de Ensino Superior, como centros de pesquisa, ensino e debate intelectual, desempenham um papel crucial na produção e partilha de conhecimento assim como na preparação dos Estados e governos para uma gama de profissões e responsabilidades na sociedade. Para levar a cabo as realizações da Universidade Mandume, existem apenas 155 docentes nacionais. Consciente das insuficiências a nível da docência, a Universidade opera com alguns docentes estrangeiros, constituindo um total de 71 cubanos e 2 portugueses. Neste âmbito, os docentes estrangeiros estão assim repartidos: faculdade de Medicina no Lubango (11), em Menongue (18), em Ongiva (37) e no Namibe (5). Além destes cooperantes contam-se mais 2 de nacionalidade portuguesa na província do Namibe, que se dedicam a acções formativas no plano regular de formação e assistência técnico – pedagógica, perfazendo um total de 73 docentes cooperantes.

A COOPERAÇÃO

Desde a independência de Angola e desde a fundação da sua primeira e única Universidade pública até 2009, contou-se com o recurso a grande número de docentes estrangeiros contratados, evidenciando uma maioria de cooperantes de Cuba. Actualmente, a cooperação a nível da docência, continua sendo maioritariamente a cubana pelo facto de Cuba exhibir padrões mais flexíveis referentes aos procedimentos contratuais (exemplo alojamentos repartidos, transportes colectivos, etc., etc.). Contudo, os procedimentos contratuais são efectivados pelas instâncias superiores, secretaria de Estado do ensino superior e Ministério do Ensino Superior.

Em relação à cooperação, Cravinho refere que sente uma grande ligação entre os processos de globalização e a necessidade de se efectuarem reformas. O autor reforça ainda essa necessidade evidenciando que “ O mundo em que vivemos obriga-nos a adaptações constantes...”. “Quem não sabe adaptar-se aos tempos sofrerá seguramente um processo de marginalização...” (Cravinho, 2002: 27). Para o autor, uma preocupação que as universidades devem considerar está ligada com o processo da programação no âmbito da cooperação. Neste contexto e na perspectiva do autor a programação da cooperação passa por um conhecimento aprofundado daquilo que são as necessidades das universidades locais, e das disponibilidades dos países parceiros, ou seja, do lado da oferta. Na sua óptica a identificação e escolha das prioridades tem grande importância e constitui a chave para a eficácia do bom desempenho e relacionamento.

Na opinião de Pedreira (2010) uma estratégia de cooperação supõe a existência de objectivos claros por parte dos cooperantes, a negociar com os destinatários. Tais objectivos na opinião do autor, exigem a coragem de escolher, tomando como critério decisivo o resultado previsível para as populações.

As novas parcerias de cooperação, assentes em novos modelos, ajudam a impulsionar o desenvolvimento na nova era da globalização e do novo milénio. A educação assume uma importância reconhecida pela produção de conhecimento e inovação que se apresentam como fontes inovadoras de valor.

A Universidade Mandume, ainda em início de funções, encontra-se na fase de estudo e de implementação de novos modelos de cooperação, colaboração e construção de novas relações internacionais e de intercâmbio. Porém, tem estado a consolidar os protocolos de cooperação assinados pela UAN, ora transferidos para sua gestão. Nesse âmbito os referidos programas de cooperação e intercâmbio identificam-se com as seguintes Instituições: ANTEX - Cuba; AULP - Associação das Universidades de Língua Portuguesa, AAU - Associação das Universidades Africanas; SARUA - Associação das Universidades dos Países da SADC; ACP - Associação de Países Africanos, Caribe e Pacífico.

Entre estes destacam-se os seguintes: Protocolo de cooperação com Universidade do Minho (Portugal); Convénio Geral com a Universidade de Lisboa (Portugal); Memorando de entendimento com a Universidade Técnica de Lisboa (Portugal). No entanto, ainda em negociação estão: o Protocolo Geral com a Universidade de Coimbra (Portugal); o Protocolo Geral com Massachusetts Institute of Technology (MIT) – Estados Unidos da América e o Protocolo Geral com o Instituto Politécnico da Namíbia.

Com base na concretização destes protocolos é possível pensar-se num intercâmbio mútuo e frutífero para a região, tendo em conta que a cooperação é consagrada como um valor, elegendo-se como uma dimensão importante no âmbito do desenvolvimento de uma região ou de um país, através do investimento em parcerias privilegiadas, de inclusão e humanização.

A cooperação enquadra-se na valorização do capital humano pois que permite criar e desenvolver o capital social a curto, médio e longo prazo. A política de cooperação no Ensino superior serve de ponto de intercessão entre instituições na busca de respostas para os países, uma vez que o papel reservado às universidades incide não só na formação mas também na construção e desenvolvimento económico e social, político educacional e cultural, na luta pela superação das dificuldades. As experiências trocadas pelas universidades enquadram-se nas parcerias académicas e científicas que contribuem para o debate sobre a produção do conhecimento e enfrentamento dos desafios para a melhoria da vida social. A cooperação activa e a colaboração entre universidades, permite melhorar a organização e elevar o estatuto da investigação científica.

A cooperação ao nível superior incide nas acções de formação, visando uma previsibilidade de maior impacto na qualidade e capacidade dos quadros e técnicos. Noutra perspectiva e com vista a articular a formação às necessidades do país, uma parcela não negligenciável de bolseiros no exterior tem adquirido formação em diversas áreas. Porém a formação local tem conhecido o evoluir de uma atenção visando eliminar resquícios de um fraco prestígio. Daí que as iniciativas do sector surgem como resposta a situações conjunturais.

A nível local, a Universidade Mandume elaborou Acordos e Protocolos de cooperação celebrados pela UMN com IES outras instituições nacionais, públicas e privadas. Assinou-se neste contexto um convénio com o Instituto superior Privado de Angola (UPRA), Campus Lubango, com o objectivo de estabelecer um programa de cooperação e intercâmbio académico, científico, tecnológico e profissional. Com vista a melhorar as condições dos docentes e trabalhadores não docentes foi assinado também um Protocolo com dois bancos, nomeadamente o Banco Sol no Lubango a fim de possibilitar formas de Créditos e financiamentos e o Banco de Fomento Angola para viabilizar Créditos, financiamentos, alojamento e pagamento de salários. Os portos também surgem como ideais parceiros da universidade e nesse contexto existem protocolos com o Porto do Namibe e do Lobito com a finalidade de Prestação de Serviços. Igualmente foi produzido um Protocolo com o Hospital Central do Lubango “Dr. António Agostinho Neto” com a intenção de acolher e apoiar as práticas médicas dos estudantes da Faculdade de Medicina da UMN.

A UMN assumindo-se como Instituição de Ensino Superior nos padrões clássicos e modernos de ensino e pesquisa, tem se preocupado em identificar parceiros capazes de impulsionar as suas acções tendentes a efectivação da sua missão. Neste contexto, além dos protocolos e convénios herdados da UAN, a UMN assinou e continua a negociar no sentido de celebrar protocolos Gerais e Convénios, com as Empresas Publicas e Privadas de Angola, Instituições do Ensino Superior, Associações, Centros de Estudos, Fundações estrangeiras com destaque para as de Portugal, Brasil, Estados Unidos, Namíbia e África do Sul.

AS INFRA-ESTRUTURAS

As infra-estruturas de serviços e bens públicos procuram ultrapassar injustiças dado que têm a função de colocar à disposição da população os serviços necessários permitindo uma maior qualidade de vida e acesso ao conhecimento.

A capacidade de uma sociedade adoptar novas tecnologias depende da qualidade do seu sistema de ensino superior. Porém, formar quadros que estejam habilitados a assimilar e adaptar as tecnologias já existentes revela-se importante, no sentido de que se possa apoiar o desenvolvimento, oferecendo também um potencial elevado de crescimento, apesar das infra-estruturas pouco desenvolvidas. O Ensino superior, implantado em boas condições, infra-estruturais, possibilita o desenvolvimento e a transformação. Fátima Roque adianta que “reabilitar e construir as infra-estruturas físicas, sociais e económicas necessárias para apoiar o desenvolvimento flexível, diversificado e descentralizado... é um dos vectores essenciais da visão estratégica ... para a transformação...” (Roque, 2007).

A inexistência de infra-estruturas direccionadas para a formação de capital humano, investigação e desenvolvimento (factores essenciais de maiores níveis de produtividade), justifica o insucesso dos investimentos, não podendo coadunar-se com a perspectiva de uma educação e um ensino como vector de transmissão e desenvolvimento da cultura da sociedade, que se definem como suporte do desabrochar dos cidadãos e base da formação de futuros activos. Os estabelecimentos de Ensino superior e de pesquisa têm um papel de vanguarda a desempenhar para diminuir a pobreza, promover inovação das condições de aprendizagem e das acções pedagógicas em diferentes contextos, na formação de quadros e de um modo geral, favorecer o desenvolvimento sustentável e a realização de objectivos internacionais de desenvolvimento da pesquisa e pelo conhecimento.

Para Rodrik (1999) as grandes fontes de vulnerabilidade são a escassez de infra-estruturas físicas e a reduzida formação dos recursos humanos, aliadas as pressões demográficas e à pouca capacidade de gestão. De facto esta opinião

espelha bem o que se passa com a universidade Mandume por falta de instalações condignas, observando-se desde já o perigo da demanda e a capacidade de resposta, conduzindo este fenómeno para problemas muito graves no futuro a não ser acautelado o aceleração das obras para o efeito.

Da mesma forma a responsabilidade social está ligada não apenas ao compromisso do Ensino superior com a comunidade e a implementação de políticas de inclusão mas também aos princípios e estratégias de pesquisa e ensino. À universidade também cabe o papel de promover os valores e atitudes éticos nos alunos para fortalecer suas responsabilidades e sensibilizá-los mais em relação a sociedade e às relações locais, nacionais e globais.

A educação e o ensino superior figuram entre os direitos fundamentais de todos os indivíduos na maioria dos países do mundo pois que ela constitui uma necessidade essencial, ela é o motor do desenvolvimento económico e social e político. Neste âmbito Sampaio (2007, 75) evidencia que “o acesso universal à educação não é apenas uma piedosa intenção, um vago desejo, mas um objectivo que faz parte das metas do desenvolvimento do milénio”. A função da educação não é unicamente de fornecer um emprego aos assalariados é também e particularmente num contexto de crise, procurar os meios conceptuais necessários ao desenvolvimento de estratégias de resolução. Neste sentido a universidade não é somente o instrumento de transmissão de saber científico. É também o lugar de apropriação de um saber - ser com responsabilidade acrescida, com a promoção de valores nos quais os cidadãos se reconhecem.

O reitor da Universidade Mandume, no âmbito da cooperação, pretende que seja criado um Espaço angolano de cooperação inter-universitária (EACIU). Na sua visão, é necessária, a realização de tarefas cometidas ao ensino superior no âmbito da sua contribuição para o desenvolvimento económico e social do país. Daí depreende-se, segundo o autor, que dessa forma é possível estimular o intercâmbio científico e tecnológico entre as universidades e outras instituições do ensino superior públicas do subsistema de ensino superior em Angola (Valiente e Gonçalves, 2010). Assim se podem abraçar novas vertentes numa envolvimento e numa lógica de renovação e mudança em termos de convivência e coexistência de relações de trabalho e intercâmbio no âmbito académico e de investigação científica.

CONCLUSÕES

Com as funções da Universidade bem definidas e com um corpo docente e de investigadores capazes, associado as dinâmicas de intercâmbio e de cooperação, o

impacto dessas acções, depende também do apoio dado pelas estruturas governamentais e empresariais locais. A responsabilidade social ao encontrar condições favoráveis para a sua afirmação e legitimação social como as estratégias e vectores de desenvolvimento adquire solidez na formação e nos saberes, no capital social e na concentração de estruturas organizadas. A universidade está dotada de tarefas difíceis, mas dependendo do contexto em que está inserida se podem concretizar os paradigmas da sua missão enquanto promotora de desenvolvimento.

A formação de quadros que passam a assegurar o progresso do país constitui uma preocupação da política do ensino superior virada para o desenvolvimento. Actualmente, a valorização dos recursos humanos, é mais visível e mais oportuna. Daí que além das políticas internas traçadas, são criadas e aproveitadas as oportunidades de cooperação e os apoios a nível local.

A universidade pauta-se por uma luta em prol da excelência de um desenvolvimento humano que potencie a expansão da personalidade de cada indivíduo e da identidade colectiva de todos os países como actores sociais. A cooperação para o desenvolvimento é um desiderato importante no mundo global de hoje. Os mecanismos de aproximação entre os países, como a solidariedade na diversidade procuram reforçar os laços e o intercâmbio intelectual dando também atenção especial à condição social do aluno.

O ensino superior tem características muito próprias porque preconiza a formação do cidadão, do profissional, do sujeito enquanto pessoa, enfim de uma formação que o habilite ao trabalho e à vida. A formação superior não se refere unicamente à aquisição de habilidades profissionais mas também à capacidade de usar os valores éticos de cidadania, os valores de uma ética cívica consciente da dignidade de qualquer pessoa, seja qual for a sua capacidade mental e profissional.

O ensino superior desempenha um papel de destaque na construção de uma sociedade assente no conhecimento proporcionando especial atenção aos pilares da cidadania, da cultura, da ciência e da inovação. As funções principais do Ensino superior são o Ensino, a Investigação e a extensão, com a finalidade de formar indivíduos virtuosos, competentes e proactivos.

A qualidade de qualquer estabelecimento de ensino superior é determinada em parte pelo trabalho do seu corpo docente e de investigação. Para potenciar essa qualidade é indispensável que os professores estejam preparados e sensibilizados para exercerem a sua função com responsabilidade, respeito e competência, investigando incessantemente com a intenção de se poder actualizar e melhorar o seu quotidiano laboral.

Esta pesquisa revelou algumas insuficiências na Universidade Mandume que ao não serem reparadas nos próximos anos podem comprometer o bom desenvolvimento da universidade e da região em si. Uma dessas fragilidades que é bem patente está na insuficiência das infra – estruturas. Outra, encontra-se no número insuficiente de cursos e especialidades, como é o caso da inexistência de uma faculdade de ciências sociais, estando desde já comprometidas a Sociologia, a Antropologia, as Ciências políticas bem como dos centros de investigação e de bibliotecas. Há um desfasamento entre número de estudantes, nº de docentes e capacidade física, o que compromete em grande medida a qualidade de ensino e de quadros formados.

BIBLIOGRAFIA

- Barber, Benjamim R. (2005), *O Império do Medo*. Editora Record. Rio de Janeiro
- Cravinho, João Gomes (2002), “O futuro da cooperação portuguesa”. *V Colóquio Internacional Globalização e Contextos Locais na África subsaariana*. CEA - FLUP. Universidade do Porto. Pp. 27 – 43
- Gonçalves, Viriato Gaspar e VALIENTE Álvares, Ilsa (2010), “ Espaço angolano de cooperação inter - universitária: estratégia para o fortalecimento do ensino superior em Angola”. *1ª Conferência em prol do desenvolvimento das províncias de Benguela e Kuanza – Sul*. Pp. 56-57, UKB. Benguela, 16-18 Junho 2010
- Kajibanga, Victor (2000), “Ensino Superior e dimensão cultural do Desenvolvimento: reflexões sobre o papel do Ensino Superior em Angola”. *Africa Studia*, n.º 3, pp. 137-151, CEAUP - Faculdade de Letras, Porto
- Pedreira, Jorge M. (2010), “Questões de estratégia na cooperação portuguesa com os PALOP (a área da Educação) ”. *Portugal e os PALOP: Cooperação na Área da Educação*. Congresso Portugal e os PALOP (Programa). 29/30 de Março 2010 CEA -ISCTE/IUL. Lisboa
- Rodrik, D. (1999), *The New Global Economy and Development Countries*, Washington, Overseas Development Council
- Roque, Fátima Moura (2007), *África, a NEPAD e o futuro*. Texto Editores, Luanda
- Salama, Pierre (2002), *Pauvreté: la lute contre les deux ‘v’ : volatilité et vulnérabilité*. Mimeo
- Sampaio, Jorge (2007), *África - Europa: Diálogo de Civilizações e Desenvolvimento Sustentável. África - Europa: Um novo diálogo perante os desafios do futuro*, Actas do Colóquio, pp. 66-78. Centro Cultural de Belém. Novo Imbondeiro